

CEBB denuncia metas abusivas e cobra solução definitiva para a Cassi em terceira rodada de negociação com o BB

Na terceira rodada de negociação do acordo específico do Banco do Brasil na Campanha Nacional dos Bancários 2026, realizada na tarde desta quinta-feira (23), a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB) denunciou o assédio moral relacionado ao cumprimento de metas consideradas abusivas, apontando o aumento dos casos de adoecimento e a precarização das condições de trabalho e do atendimento à população.

Os representantes dos funcionários também reivindicaram a realização de um novo concurso público e a contratação de mais empregados, especialmente para as agências. Outro ponto central da negociação foi a cobrança por uma solução urgente e definitiva para a sustentabilidade da Cassi. Após esse avanço, a representação dos trabalhadores defende que o banco encaminhe a inclusão dos funcionários oriundos de bancos incorporados na Cassi e na Previ, além da retomada do patrocínio da Cassi para os empregados admitidos a partir de 2018.

A próxima rodada de negociação está marcada para a sexta-feira (31/7).

CEE/Caixa cobra novo PFG, novo PCS e critérios transparentes para o PSI

A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa cobrou, nesta quinta-feira (23), avanços concretos nas cláusulas de condições de trabalho durante a terceira mesa de negociações específicas com o banco, dentro da Campanha Nacional dos Bancários 2026. O debate priorizou a necessidade de atualização da estrutura de carreira da Caixa, com novo Plano de Funções Gratificadas (PFG), novo Plano de Cargos e Salários (PCS) e regras objetivas, transparentes e democráticas para os Processos Seletivos Internos (PSIs).

A coordenadora da CEE/Caixa, Luiza Hansen, ressaltou a importância da mesa única de negociações e da presença da Caixa na mesa com os demais bancos e lembrou que a CCT garante uma base comum de direitos para toda a categoria. Ela também reforçou que as mudanças na organização do trabalho, nas funções e nos sistemas de avaliação e remuneração não podem continuar sendo feitas de forma unilateral pelo banco.

No debate sobre o Saúde Caixa, a Caixa apresentou novos dados sobre adesões, cancelamentos, perfil da base e composição dos beneficiários. O ponto de maior destaque, porém, foi a afirmação, pela Caixa, de que a retomada do modelo de custeio 70/30, no qual 70% dos custos são arcados pela Caixa e 30% pelos empregados, garantiria sustentabilidade ao Saúde Caixa por dois anos. Luiza Hansen ressaltou que a afirmação é importante, mas não significa que o banco tenha assumido compromisso de retirar o teto de seu estatuto.

A próxima reunião com a Caixa será realizada no dia 31 de julho.